

Sumário

Capítulo 1

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	17
1. Investigação preliminar criminal	17
2. Funções policiais.....	25
3. Atribuição para investigar.....	26
4. Características do inquérito policial	29
5. Como inicia o inquérito policial?	41
6. Indiciamento	50
7. Conclusão do inquérito policial	56
8. Arquivamento do inquérito policial	60
9. Procedimento do arquivamento.....	70
10. Desarquivamento	79
11. Arquivamento implícito e indireto	83
12. Trancamento	85
13. Investigação criminal pelo Ministério Público.....	86
14. Acordo de Não Persecução Penal (ANPP).	88
15. Inquérito das "fake news" e possibilidade de investigação pelo poder judiciário.....	98

Capítulo 2

AÇÃO PENAL	103
1. Ação penal – Introdução, Conceito e Características.....	103
2. Condições da ação.....	107
2.1. Condições genéricas ou gerais.....	109
2.2. Condições especiais da ação ou condições de procedibilidade.....	122
3. Classificação e princípios das ações penais	125
3.1. Ação Penal Pública	125
3.1.1. Modalidades de ação penal pública.....	132
3.2. Ação penal privada.....	140
4. Situações específicas e os reflexos nas ações penais.....	154
4.1. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual	154
4.2. Ação penal nos crimes contra a honra	155
4.2.1. Crime de injúria racial.....	155
4.2.2. Crimes contra a honra de funcionário público.....	156

4.3.	Ação de prevenção penal.....	157
4.4.	Ação penal secundária.....	157
4.5.	Ação Penal de 2º Grau.....	158
4.6.	Ação Penal <i>ex officio</i>	158
4.7.	Ação Penal Adesiva.....	158
4.8.	Ação Penal nos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra mulher.....	159
4.9.	Ação Penal nos crimes de estelionato (Novidade da Lei Anti-crime – Lei nº 13.964/2019).....	162
5.	Aspectos da denúncia ou queixa-crime.....	168
6.	Prazos da denúncia no processo penal.....	182
7.	Contagem dos prazos.....	183

Capítulo 3

JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA CRIMINAL.....		185
1.	Introdução.....	185
2.	Jurisdição.....	187
3.	Juiz Natural.....	192
4.	Competência Criminal.....	196
4.1.	Conceito.....	196
4.2.	Espécies de Competência.....	197
4.3.	Competência Absoluta X Competência Relativa no Processo Penal.....	199
5.	Competência em razão da matéria (<i>ratione materiae</i>).....	205
5.1.	Competência da Justiça Militar.....	205
5.2.	Competência da Justiça Eleitoral.....	208
5.3.	Competência Criminal da Justiça do Trabalho.....	209
5.4.	Competência Criminal da Justiça Federal.....	213
5.4.1.	Crimes Políticos.....	214
5.4.2.	Infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral.....	215
5.4.3.	Crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no país, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente.....	247
5.4.4.	Incidente de Deslocamento de Competência (IDC).....	253
5.4.5.	Crimes contra a organização do trabalho.....	258
5.4.6.	Crimes contra o Sistema Financeiro e a Ordem Econômico-Financeira.....	262

5.4.7.	Crimes cometidos a bordo de navios e aeronaves	266
5.4.8.	Crimes de Ingresso ou Permanência Irregular de estrangeiro	269
5.4.9.	Crimes envolvendo índios (vítimas ou autores/partícipes).....	271
5.4.10.	Conexão entre crime da competência da Justiça Federal e outro da competência da Justiça Estadual	273
5.5.	Competência da Justiça Estadual.....	273
6.	Jurisdição Excepcionalmente Política (Justiça Política ou Justiça Extraordinária).....	274
7.	Competência <i>ratione functionae</i> , <i>ratione personae</i> ou Foro por Prerrogativa de Função.....	275
7.1.	Introdução	275
7.2.	Regramento Temporal da Incidência da Prerrogativa de Foro – Atualidade X Contemporaneidade	278
7.3.	Análise casuística das prerrogativas de foro constitucionais	289
7.3.1.	Quadro Esquemático e Consolidado com Prerrogativas de Foro da CF/88	290
7.3.2.	Observações importantes sobre polêmicas e controvérsias em relação ao quadro acima	291
8.	Competência Territorial ou <i>ratione loci</i>	312
9.	Juizes Colegiados de 1º Grau (Lei nº 12.694/2012).....	320
10.	Conexão e Continência.....	325
11.	Reunião de Processos (Conexão ou Continência) e o Foro Prevalente	330
12.	Separação Obrigatória de Processos.....	337
13.	Separação Facultativa de Processos.....	338
14.	Perpetuação da Jurisdição.....	339
15.	Perpetuação da Jurisdição nos Crimes de Competência do Tribunal do Júri	343

Capítulo 4

TEORIA GERAL DAS PROVAS CRIMINAIS	345
1. Introdução e conceito	345
2. Princípios do sistema da prova no processo penal.....	348
2.1. Princípio da verdade	348
2.2. Princípio da presunção de inocência	351
2.3. Princípio da não autoincriminação (<i>Nemo Tenetur Se Detegere</i>)...	362
2.4. Princípio da oralidade	378
2.5. Princípio da liberdade probatória.....	380
3. Inadmissibilidade das provas ilícitas no processo penal	382
3.1. Aspectos gerais	382

3.2. Peculiaridades sobre a prova ilícita	387
3.3. Teoria da ilicitude por derivação ou teoria dos frutos da árvore envenenada.....	391
3.4. Limitações à teoria da ilicitude por derivação.....	394
4. Fontes de prova x meios de prova x meios de obtenção de prova	412
5. Objeto de prova	414
6. Prova emprestada.....	416
7. Classificação da prova.....	422
8. Ônus da prova.....	425
9. Poderes instrutórios do juiz criminal	431
10. Regulamentação e quebra da cadeia de custódia.....	438
11. Sistemas de avaliação da prova.....	445
12. <i>Standards</i> probatórios	451
13. Procedimento probatório.....	453

Capítulo 5

PRISÕES E OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES	455
1. Introdução	455
2. Espécies de Medidas Cautelares	457
3. Pressupostos das Medidas Cautelares.....	460
4. Procedimento das Medidas Cautelares	462
5. Legitimidade para requerer medidas cautelares	464
5.1. Legitimados na Fase Investigatória	465
5.2. Legitimados na Fase Judicial.....	466
6. Medidas Cautelares e Cláusula <i>Rebus Sic Stantibus</i>	469
7. Prisão no direito brasileiro	472
8. Teoria Geral da Prisão Cautelar	476
9. Imunidades Prisionais.....	489
10. Inviolabilidade da Prisão Cautelar dos Parlamentares Federais e Estaduais: Visão Clássica (Tradicional) X Flexibilização do STF (“Caso Delcídio Amaral e outros”)	494
10.1. Visão Tradicional sobre a Imunidade Parlamentar	495
10.2. Flexibilização Jurisprudencial da Imunidade Prisional Parlamentar na Operação Dominó (STF)	495
10.3. Caso Delcídio do Amaral.....	497
11. Prisão em flagrante	501
11.1. Natureza Jurídica da Prisão em Flagrante.....	502
11.2. Fases da Prisão em Flagrante.....	504
11.3. Postura do Magistrado após o recebimento do APF.....	509
11.4. Espécies de Prisão em Flagrante.....	510
11.5. Cabimento de Prisão em Flagrante X Espécies de Delitos.....	524

12. Audiência de Custódia.....	527
13. Prisão Preventiva	541
14. Prisão Temporária	565
15. Prisão Domiciliar.....	570
16. Medidas Cautelares Diversas da Prisão.....	577
17. Liberdade Provisória	581
18. Fiança.....	589

Capítulo 6

PROCEDIMENTO COMUM.....	599
1. Processo e procedimento.....	599
2. Análise do procedimento comum ordinário.....	606
2.1. Oferecimento da peça acusatória.....	606
2.2. Recebimento ou rejeição da inicial acusatória.....	607
2.3. Citação do acusado	614
2.4. Resposta escrita à acusação.....	620
2.5. Análise do cabimento de absolvição sumária.....	626
2.6. Designação de audiência.....	630
2.7. Audiência una de instrução e julgamento	630
2.8. Requerimento de diligências.....	634
2.9. Alegações finais das partes	635
2.10. Sentença	638
3. Procedimento comum sumário.....	639

Capítulo 7

PROCEDIMENTOS DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E DOS CRIMES CONTRA A HONRA...	641
1. Introdução	641
2. Do Processo e do Julgamento dos Crimes de Responsabilidade dos Funcionários Públicos.....	642
2.1. Considerações iniciais.....	642
2.2. Particularidades Procedimentais.....	643
3. Do Processo e do Julgamento dos Crimes de Calúnia e Injúria, de competência do juiz singular.....	647
3.1. Considerações iniciais.....	647
3.2. Peculiaridades Procedimentais.....	648
3.3. Exceção da Verdade e da Notoriedade.....	651

 **Capítulo 8**

PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO – LEI Nº 9.099/1995	655
1. Introdução	655
2. Conceito de Infração de Menor Potencial Ofensivo	658
3. Causas de Modificação de Competência dos Juizados Especiais Criminais	663
4. Competência Territorial (<i>ratione loci</i>) na Lei nº 9.099/95	667
5. Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO).....	668
5.1. Análise geral	668
5.2. Pode a Polícia Militar lavrar TCO? E a Polícia Rodoviária Federal?..	669
6. Audiência Preliminar no JECRIM	673
6.1. Composição Civil dos Danos.....	674
6.2. Transação Penal.....	676
6.2.1. Considerações Gerais sobre a Transação Penal	676
6.2.2. Natureza Jurídica da Transação Penal.....	677
6.2.3. Legitimidade para Transação Penal.....	679
6.2.4. Condições para a Transação Penal	680
6.2.5. Procedimento da Transação Penal	686
6.2.6. Consequências da Transação Penal.....	687
6.2.7. Descumprimento (injustificado) da Transação Penal.....	689
7. Procedimento Sumaríssimo.....	691
7.1. Oferta da Inicial Acusatória	691
7.2. Citação.....	692
7.3. Defesa Preliminar	692
7.4. Instrução na AIJ	693
8. Suspensão Condicional do Processo (SCP)	694
8.1. Considerações Gerais sobre a suspensão condicional do processo (SCP)	694
8.2. Requisitos para a concessão da suspensão condicional do processo (art. 89)	702
8.3. Legitimidade para a suspensão condicional do processo.....	705
8.4. A suspensão condicional do processo é um direito subjetivo?..	706
8.5. Momento para a aceitação da proposta de suspensão condicional do processo	707
8.6. Defesa Técnica e <i>Sursis</i> Processual: Imprescindibilidade?	708
8.7. Atuação do Magistrado na Suspensão Condicional do Processo..	709
8.8. Revogação da suspensão condicional do processo	712
8.9. Extinção da Punibilidade na suspensão condicional do processo..	714

 **Capítulo 9**

TRIBUNAL DO JÚRI	719
1. Introdução	719
2. Princípios Constitucionais do Tribunal do Júri.....	722
3. Procedimento Bifásico do Tribunal do Júri.	740
3.1. <i>Judicium accusationis</i>	740
3.2. <i>Judicium causae</i> (2ª Fase do Procedimento Especial dos Crimes Dolosos contra a Vida).....	773

 **Capítulo 10**

TEORIA GERAL DOS RECURSOS	809
1. Introdução	809
2. Conceito e Natureza Jurídica.....	810
3. Base Principlológica dos Recursos	813
3.1. Princípio da Voluntariedade	813
3.2. Princípio da Disponibilidade	817
3.3. Princípio da Unirrecorribilidade.....	817
3.4. Princípio da Fungibilidade	819
3.5. Princípio da Dialecticidade Recursal	822
3.6. Princípio do Duplo Grau de Jurisdição	823
3.7. Princípio da <i>Ne Reformatio in Pejus</i>	831
4. Pressupostos de Admissibilidade	841
4.1. Pressupostos Recursais Objetivos	842
4.1.1. Cabimento	842
4.1.2. Adequação	843
4.1.3. Tempestividade	843
4.1.4. Regularidade Formal.....	849
4.1.5. Inexistência de Fatos Impeditivos	850
4.1.6. Inexistência de fatos extintivos	850
4.2. Pressupostos Recursais Subjetivos	854
4.2.1. Legitimidade Recursal	854
4.2.2. Interesse Recursal.....	861
5. Efeitos dos Recursos no Processo Penal.....	865
5.1. Efeito Devolutivo	865
5.2. Efeito Obstativo	867
5.3. Efeito Suspensivo	867
5.4. Efeito Regressivo, Iterativo ou Diferido.....	870
5.5. Efeito Extensivo	871
5.6. Efeito Translativo	872
5.7. Efeito Substitutivo.....	873

 **Capítulo 11**

RECURSOS CRIMINAIS EM ESPÉCIE	875
Introdução	875
1. Apelação	877
2. Embargos de Declaração (ou Embarguinhos).....	894
3. Recurso em Sentido Estrito (RESE)	896
4. Agravo em execução	909
5. Embargos infringentes e/ou de nulidade.....	910
6. Carta testemunhável.....	917
7. Recurso Especial e Extraordinário	919
8. Correição parcial.....	934

 **Apêndice**

COMENTÁRIOS ÀS NOVIDADES DA LEI Nº 13.964/2019 (LEI ANTICRIME) NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	939
1. Introdução	939
2. Quando e por que se inicia a vigência da Lei nº 13.964/2019 (Lei Anticrime)?	940
3. Suspensão da aplicabilidade de alguns dispositivos da nova lei pelo Supremo Tribunal Federal	941
4. Juiz das garantias e a separação da investigação criminal e o processo	943
5. Constituição de defesa técnica em favor dos agentes de segurança pública durante a investigação criminal	955
6. Nova sistemática de controle no arquivamento de investigação preliminar pelo MP (art. 28 do CPP)	957
7. Acordo de não persecução penal.....	961
8. Medidas cautelares reais.....	966
9. Contaminação do juiz que tiver contato com as provas ilícitas.....	968
10. Regulamentação da cadeia de custódia probatória	969
11. Prisão e medidas cautelares.....	973
12. Audiência de custódia	985
13. Alterações no júri.....	987
14. Alterações no sistema de nulidade	988
15. Alterações no sistema recursal.....	989
16. Conclusão	989
Bibliografia.....	991